

PARA UMA INTERPRETAÇÃO DO 25 DE ABRIL

Seria evidentemente prematuro esboçar uma teoria daquilo que pode vir a ficar na História como a Revolução das Flores. Um soldado e um cravo vermelho: a apoteose do sangue que, em vez de correr, se coagula em beleza... Um marinheiro e um cravo branco: o símbolo da paz, que, longe de ser rendição de uns a outros, é para todos perfume inebriante... As armas feitas arados, como na visão do Profeta. O Povo a rever-se nos seus ritos, que, por dentro da farda marcial, guardam um coração de pomba. A sociedade, crescendo e respirando, a rebentar as estreitas faixas da estrutura política que lhe tinham inventado. A comprovação da antiga teoria de que o Estado Novo ficaria como um «quisto» na História de Portugal. E, no lugar do quisto, a magia da alma popular criando, inesperado, um fruto. Um fruto subitamente maduro.

E, no entanto, há uma outra face da Revolução. Sem contar já com os sentimentos dos vencidos, temos diante dos olhos vastos sectores da população a que não chegou ainda o sentido transfigurador dos grandes momentos históricos. E vemos, por outro lado, pequenos grupos ou massas compactas de gente disposta a empunhar os comandos da História, para os utilizar segundo a inspiração de cada hora. Entre uns e outros, abrem caminho ou limitam-se a reflectir aqueles que já estavam senhores de uma concepção da Política e que procuram no acidental os indícios do permanente. É certamente para estes que a Revolução vem carregada de maior significado. Qualquer que seja a sua doutrina, esses portugueses vêem no 25 de Abril um daqueles raros momentos em que o homem se tem de reconhecer como «animal-político»: a definição aristotélica sai dos livros e surge em corpo e alma.

Ao reconhecerem-se como políticos, esses homens encontram-se diante de uma opção radical. Trata-se, nem mais nem menos, de construir ou criar aquilo a que Santo Agostinho chamava Povo. Trata-se de arrancar do fundo mesmo da natureza racional do homem, e só por força da sua liberdade, o conteúdo axiológico que há-de ser vivido em comunhão concorde das coisas que ama. «Ao homem, a liberdade de definir essas «coisas» — e de amá-las. Na certeza, porém, de que nenhuma comunidade humana é possível sem fundamento no amor. Mas o homem não é apenas animal-político: é também um ser histórico. Traz no sangue e no espírito um tesouro de valores acumulados pelo tempo vivo daqueles de quem nasceu. Ninguém, concretamente, parte do zero. Há momentos, porém, em que a crise da civilização tal modo profunda, que o homem consciente da sua liberdade tem de exercer um poder criador.

É esta uma dessas crises. Ao português de hoje, toda a cu historicamente forjada, todos os valores políticos sedimentados ao longo séculos e renovados pelo toque do Espírito — tudo isso que noutras h parece eterno, só pode surgir como mera proposta. Grave erro seria, p não dar a essa proposta, ao menos como hipótese de trabalho, a aten merecida. Tudo se passa (mentalmente, e em termos de liberdade) como se o homem português partisse hoje do zero. Mas a verdade é que não parte.

* DO 25 DE ABRIL
AO GOVERNO PROVISÓRIO

edição das flores

CD25
323.2
REV

A

A revolução das flores

* DO 25 DE ABRIL
AO
GOVERNO PROVISÓRIO

2.ª edição



ASTER

DOSSIER

2
1742576
(031)
REV

COLECCÃO DOCUMENTOS DO NOSSO TEMPO

Direcção e coordenação de Henrique Barrilero Ruas

1. A REVOLUÇÃO DAS FLORES

Do 25 de Abril ao Governo Provisório



A revolução das flores

* DO 25 DE ABRIL
AO
GOVERNO PROVISÓRIO



N. 2300

EDITORIAL ASTER
LISBOA

Fotografia e Arranjo da Capa de

PEDRO SOBREIRO

Fotografias de

RAÚL NASCIMENTO

Todos os direitos de compilação e selecção reservados a
EDITORIAL ASTER, L^{DA}
Largo de Dona Estefânia, 8 — Lisboa

NOTA DE ABERTURA

Durante muito tempo — nem custa a garantir que para sempre — a data de 25 de Abril ressoará na História portuguesa como sinal de uma viragem.

Dos acontecimentos desse dia — inseparáveis dos dos dias imediatamente anteriores e posteriores — hão-de vir a ser possíveis várias leituras. Uma de tipo histórico; outras de tipo filosófico ou ideológico — a verdade é que nenhuma delas poderá prescindir da crónica.

Directamente baseada nos documentos, nas reportagens e nos comentários mais espontâneos, é uma crónica o que a Editorial Aster oferece ao público de língua portuguesa. O intuito de objectividade, o cuidado de nada interpor entre as realidades e os olhos que as procuram, levou-nos a alargar o círculo cronológico para antes e depois da «Revolução das Flores». Assim nos conformamos com a teoria do facto histórico, genialmente concebida por Charles Morazé.

De qualquer modo, o que se vai ler, por mais complexa que seja a sistematização dos assuntos, pretende ser apenas um conjunto de materiais para a história futura.

ÍNDICE IDEOGRÁFICO

(as páginas são as do livro «Portugal e o Futuro», citadas neste dossier)

I — Temes gerais:

juventude, incluindo desertores — 21
emigração — 21, 22, 25, 167
dogmatismo — 22, 23, 121
pacto social — 23
nova política económica — 24
falso «milagre japonês» — 34, 35
novo conceito de autoridade — 38, 39, 115
contestação — 39, 66, 69, 70
liberalização na disciplina — 39, 172, 223
Mercado Comum — 40, 86
demografia — 41
ricos e pobres — 54
valores a preservar — 70, 114, 115, 123
universalismo, paz mundial — 78-9
«um homem, um voto» — 79
o Comunismo na conjuntura internacional — 92
chefes carismáticos — 116
crítica do marxismo; sua inadequação a Portugal — 120, 121
cultura como tradição — 154-5
élites — 166
necessidade de objectivos realistas — 171
separar o poder judicial do poder executivo — 172
importância funcional do princípio da legitimidade — 223
reestruturação das Forças Armadas e de Segurança — 223
II — O Problema Ultramarino Como Problema Nacional ou Supra-nacional
1. Estrutura:
federação — 25, 163, 197, 198, 230
Guiné — 42, 131
europeus radicados no Ultramar — 49, 150, 165, 175
africanos portugueses — 49, 50, 51
sentido de Pátria — 52, 53, 106, 107, 125, 162, 163, 171
comunidade lusitana — 54, 55, 124, 128, 129, 131, 142, 149, 151, 154, 155, 158, 178, 198, 235
autodeterminação — 56, 57, 58, 107, 108, 127, 128, 132, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 167, 169, 177, 197, 235, 240, 241
estados nacionais e pluri-nacionais — 79, 147, 158
o primeiro Império de uma nova era — 96
maioria africana — 108, 128, 129, 130, 131
o futuro une mais que o passado — 109
tipos de penetração portuguesa em África — 118
Brasil — 119, 127
Goa — 119, 235
unidade nacional como fim a atingir — 123, 124, 125, 127, 128, 129, 142, 151, 155, 167, 171
civilizar não é da essência da Nação Portuguesa — 126, 127
regimes jurídicos adequados a cada parcela de Portugal — 129, 130, 154, 155, 188
crítica à tese da integração absoluta — 154, 155, 156
a verdadeira integração económica — 158-9, 167
«eleva-te e aproxima-te» — 161
a verdadeira integração cultural — 161-2, 167
integração política — 163, 164, 167, 177
regionalização das estruturas — 164, 166, 177, 240
crítica à existência de um Ministério do Ultramar — 173, 188
representação e participação ultramarina — 177, 188-9, 241, 242
estrutura ministerial — 188
indispensabilidade do Ultramar para a existência da Nação Portuguesa no futuro — 234
2. Conjuntura:
paz e guerra — 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 51, 131, 143, 144, 145, 178, 240
debate a nível nacional — 52, 56, 106, 107, 223, 243
não ao abandono — 53, 150, 151
não ao imobilismo e ao chauvinismo — 54, 121, 152
carácter dos movimentos subversivos — 77-8, 100, 101, 240
paz é obra de justiça — 79
Portugal no mundo de hoje — 97, 98, 99, 100-1, 143, 144, 145, 148, 163
crítica do colonialismo português — 105-6, 119, 128, 165
aspectos positivos da colonização portuguesa — 166
serviço cívico no Ultramar — 173, 177
caminhar depressa não é caminhar à pressa — 174, 222-3
anacronismo da ideia de Império — 198
defesa do Ultramar — 199

ÍNDICE

NOTA DE ABERTURA	5
1. ANTECEDENTES REMOTOS	7
2. ANTECEDENTES PRÓXIMOS	9
A — Situação Geral do País	9
B — Posição do Governo	11
C — Posição das Forças Armadas	22
I — O General Reymão Nogueira	22
II — O General Spínola	22
III — O Movimento dos Capitães	25
IV — A Revolta das Caldas da Rainha	32
D — Os Últimos Actos do Regime	35
3. O LEVANTAMENTO MILITAR	43
A — Início das Operações	43
B — O Desenrolar das Operações Militares; suas Consequências políticas:	
A Queda do Regime	50
C — Esmagamento dos Últimos Focos de Resistência Armada	73
D — Destino dos Governantes Depostos	92
E — Domínio da Informação pelas Forças Armadas	95
4. A JUNTA DE SALVAÇÃO NACIONAL	101
A — Sua Constituição	101
B — Seu Programa	106
C — Seus Primeiros Actos	109
5. CONSOLIDAÇÃO DO NOVO REGIME	131
A — Os Primeiros Diplomas Dimandados da Junta	131
B — A Adesão (Activa ou Passiva) da Generalidade das Forças Armadas e Organismos Representativos	137
C — O Reconhecimento Diplomático e da Opinião Mundial	157
6. A NAÇÃO PERANTE O MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS	177
A — A Festa do 1.º de Maio	177
B — Movimentos Populares	198
C — Movimento Sindical	213
D — Movimento Académico	222
E — Movimento Político	236
1 — De Militares	236
2 — Gerais ou Indefinidos	240
3 — Partidos ou Movimentos Políticos	243
4 — Movimentos Separatistas	270
F — Igreja; Outras Religiões	283
7. O GOVERNO PROVISÓRIO	292
A — O Período de Transição	292
B — Nomeação e Acto de Posse	314
APÊNDICE	326
Índice Ideográfico	350

